

Resposta às questões da Associação República e Laicidade

1. Que papel desempenha na fundamentação da sua actividade política a defesa dos valores republicanos, nomeadamente da laicidade do Estado?

Sou republicana. Acredito no poder do povo, pelo povo e para o povo, em que não há qualquer tipo de privilégios ligados ao nascimento. Como socialista, entendo que a liberdade é indissociável da igualdade e que tudo o que promova desigualdades de estatuto cerceia as liberdades.

Respeito todas as confissões religiosas e a fé como expressão da espiritualidade e entendo que o Estado deve ser neutral face a essa diversidade e aperfeiçoar essa neutralidade permanentemente, respeitando as crenças dos cidadãos.

2. É favorável à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo, portanto, para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

Julgo que a existência de uma lei de liberdade religiosa aplicável a todas as confissões é a solução ideal, mas há um caminho para percorrer e há especificidades que partilhamos com outros países que têm soluções de concordata que têm de ser tidas em conta na nossa evolução legal.

3. É favorável ao fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da confissão religiosa maioritária ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

Não sou adversária da educação religiosa e vejo como positiva a evolução que ela tem tido entre nós. Terá sempre de ser rigorosamente facultativa e veria com muito bons olhos uma evolução em direção ao aprofundamento do fenómeno religioso, de base menos confessional, a uma sensibilização para o fenómeno religioso no mundo. A escola laica não é religiosa, mas também não é uma arma contra o pensamento religioso.

4. A liberdade de expressão é um pilar da nossa civilização, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defende a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o nº1 do artigo 251 e o nº2 do artigo 252)?

Sim, inequivocamente. É certo que essas normas penais já caíram em desuso, provavelmente pela inclusão nelas da referência à perturbação da paz pública para que possa ser tipificado o ilícito. Na nossa democracia a tolerância religiosa – a tolerância em geral – não permitiria hoje tumultos com

base em diferenças religiosas. Mas há o perigo de que se tente manipular essas normas e, estando em desuso, seria melhor que deixassem de existir.

5. Tem alguma objecção de princípio à legalização da morte assistida? Considera que deveria haver um referendo sobre este assunto?

É conhecida a minha posição a favor da morte assistida e é sabido que entendo que esta possibilidade aumenta a garantia de uma vida humana em dignidade até ao fim.

Não vejo qualquer necessidade de um referendo nesta matéria. Mais, acho que há em Portugal uma tentativa recorrente de manipulação da figura do referendo por parte de forças conservadoras, como forma de travar mudanças que têm apoio maioritário no Parlamento, casa-mãe da nossa democracia.

6. Que papel deve desempenhar o Presidente da República, na sua perspectiva, no combate contra os preconceitos étnicos, raciais e religiosos que persistem na sociedade portuguesa? Partilha do ideal de que a República portuguesa deverá tratar todos os cidadãos e todas as cidadãs de forma idêntica independentemente das suas identidades étnicas ou religiosas?

A Presidente da República jura defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. Essa é a sua mais nobre tarefa. A Constituição é inequívoca na proibição da discriminação, nomeadamente em função da religião ou da etnia, para referir as que mencionam na vossa questão.

O preconceito leva à discriminação e o combate à discriminação é uma tarefa política por excelência. Como Presidente da República exercerei vigilância ativa neste domínio e tenho bem consciência que entre nós procuram neste momento renascer das trevas forças obscurantistas que propagam – inconstitucionalmente – discursos racistas e que têm uma aspiração confessional para o Estado que não é sequer partilhada pelos crentes. Talvez este seja o momento das últimas décadas em que mais temos de ser exigentes quanto à função presidencial nesta matéria.